



FORTALECENDO CAPACIDADES PELO DIREITO À CIDADE: EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE ROSA MÍSTICA, CAMPINA GRANDE/PB

Kedna Fernanda Oliveira dos Santos¹, Tiago Victor Vaz de Araújo², Ravina Beatriz Marinho Medeiros³, Maria Eduarda Leite Dantas⁴, Paula Rodrigues dos Santos⁵, Kainara Lira dos Anjos⁶
kainara.lira@professor.ufcg.edu.br

Resumo: A experiência aqui apresentada foi desenvolvida para articular as lideranças e moradores da Comunidade Rosa Mística, Campina Grande/PB, bem como integrantes de movimentos sociais e da academia. As atividades foram desenvolvidas a partir da construção e implementação de processos formativos, dialógicos e interativos, bem como oficinas colaborativas. As discussões levaram a identificação das problemáticas e potencialidades do território, bem como a definição de estratégias para exigibilidade dos direitos sociais.

Palavras-chaves: *Desigualdades socioterritoriais, Direitos Humanos, Direito a Cidade, Comunidade Rosa Mística.*

1. Introdução

O presente Projeto de Extensão buscou dar continuidade à experiência de formação-extensão da Rede Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles que vem sendo implementada em Campina Grande, Paraíba, desde 2018. As atividades vêm sendo desenvolvidas por meio de projetos de extensão realizados pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles (grupo vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da UAEC/CTRN/UFCG), integrados a disciplinas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG e às iniciativas da Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande, articulação de organizações da sociedade civil e acadêmicas, que tem promovido várias ações (formação-extensão, seminários, debates, elaboração de propostas etc.) por um desenvolvimento urbano democrático, justo e inclusivo e que alcançaram, aproximadamente 300 pessoas, de forma direta, entre processos formativos e debates e seminários.

Nos anos de 2020 e 2021, os projetos focaram nos efeitos do acirramento das históricas desigualdades socioespaciais no contexto da pandemia do Covid-19, sendo que em 2021 a atuação se deu mais especificamente com as lideranças, moradores e apoiadores de assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas e da Mata do Louzeiro em Campina Grande/PB. Embora tenha sido possível obter resultados significativos com a identificação de situações de violação dos direitos humanos e de injustiça socioambiental, elaboração de mapeamentos colaborativos, construção de instrumentos

pedagógicos, realização de duas oficinas e elaboração de cartilha com a síntese das mesmas, considerou-se fundamental a continuidade do processo iniciado neste território, diante da persistência das problemáticas identificadas para além do contexto da pandemia, e da importância de ampliação do público alvo (restrito diante das limitações impostas pela mesma), por meio da realização de novas oficinas com a utilização das ferramentas elaboradas no ano anterior.

Nesse sentido, o presente Projeto teve como objetivo fortalecer as capacidades e ações de incidência política de lideranças, moradores e apoiadores de assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas e da Mata do Louzeiro em Campina Grande/PB, para a defesa e promoção dos direitos humanos à água, saneamento e moradia e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Além da continuidade da parceria com a Organização não governamental Articulação pela Revitalização do Riacho das Piabas (ONG Arrpia), no ano de 2022, o Projeto foi desenvolvido a partir da articulação com a disciplina Estudos Urbanos e Regionais III, ofertada pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo no semestre letivo 2021.2 e ministrada pelo Professor Demóstenes de Andrade Moraes (colaborador deste Projeto). Sendo assim, visando aprofundar as relações estabelecidas em anos anteriores e fortalecer a atuação do grupo por meio da articulação entre Ensino e Extensão, as ações no ano de 2022, tiveram como público-alvo:

- i) Lideranças, moradores e apoiadores de assentamentos e territórios populares às margens do Riacho das Piabas em Campina Grande/PB;
- ii) Integrantes de articulações, movimentos e coletivos sociais e populares e organizações não governamentais;
- iii) Comunidade acadêmica - em especial os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Engenharia Civil da UFCG.

O Projeto tomou como pressupostos o fato de que a nossa Constituição Federal (Art. 6º) reconhece como direitos sociais os direitos à saúde (inclusive também na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo XXV) e à moradia. Soma-se a isso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, previstos pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação com duração de 15 anos (2015-2030)

^{1,2,3,4,5} Estudantes de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁶ Coordenadora, Professora Adjunto no Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

construída sob o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Dentre os 17 ODS previstos, destacamos: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (ODS 3); “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos” (ODS6); e “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ODS 11).

Esses direitos e os ODS serviram como referências para o Projeto, considerando o contexto de precariedade das condições de saneamento de parte dos assentamentos populares em Campina Grande-PB, entre eles os que estão no entorno do Riacho das Piabas e da Mata do Louzeiro. Outra referência importante para as ações desenvolvidas, correspondeu ao debate em torno da permanência de situações desiguais no acesso à água potável e ao saneamento e de situações de insegurança hídrica de segmentos da população podem ser caracterizadas como “injustiça ambiental” (ACSELRAD et al, 2009) ou “injustiça hídrica” (DEL GRANDE, 2016). Nesse sentido, os aspectos envolvidos na discussão em torno da Justiça Ambiental nos permitiram analisar as desigualdades tanto a partir da perspectiva do acesso a direitos fundamentais, como a moradia, as infraestruturas urbanas e ambientais, entre outros, como do impacto da degradação ambiental e a distribuição dos riscos sentidos em maior proporção pelas comunidades mais vulneráveis.

Durante a execução do Projeto, evidenciou-se a importância do acesso a informações sobre os direitos sociais e os ODS por parte dos moradores desses territórios populares, possibilitando que os mesmos reconhecessem as situações de violação, e tivessem capacidades para desenvolver ações de incidência política para assegurar ou reparar os direitos violados, com o apoio de integrantes da comunidade acadêmica e de articulações, movimentos e coletivos sociais. Essas ações de incidência poderão contribuir para dar visibilidade às demandas por saneamento e salubridade nesses assentamentos e para pressionar governos para que implementem medidas e ações estruturais e complementares, alternativas e emergenciais que viabilizem condições adequadas de moradia.

O desenvolvimento do Projeto foi fundamentado na experiência que vem sendo realizada pela Rede Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles em diversas cidades brasileiras há mais de 20 anos, com processos interdisciplinares de formação-extensão, aproximando a universidade com as demandas sociais, a partir do engajamento de seus professores e pesquisadores em parceria com organizações não-governamentais, movimentos sociais e instituições públicas, comprometidos com o direito à cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a ampliação dos canais de participação e controle social sobre as políticas públicas, para o desenvolvimento urbano.

2. Metodologia

Alguns campos principais de conhecimento e reflexão fundamentaram a metodologia adotada pelo projeto de extensão: (i) a extensão como ação política e

lôcus privilegiado da interação entre universidade e sociedade; (ii) os direitos humanos à água, saneamento e à moradia adequada; e (iii) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O projeto de extensão buscou, por meio da experimentação e da socialização de práticas e experiências, a construção de conhecimentos que possam transformar as realidades locais, principalmente para a construção de espaços urbanos democráticos, justos e inclusivos e para a garantia dos direitos à água e saneamento e à moradia nos assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas e da Mata do Louzeiro, Campina Grande – PB. Para Freire (1996, p.76) o compromisso com o conhecimento deve estar voltado para uma “ação transformadora”, “dialógica” e das “práxis” como forma de atuação na e para a sociedade. No âmbito da universidade, a extensão, por sua dimensão pública, é uma oportunidade para superar as estreitas visões disciplinares e dos projetos individuais que se afirmam em detrimento dos projetos coletivos.

Isso posto, visou contribuir para um novo projeto político onde a cidade seja um espaço de aprendizado e de práticas de democracia, liberdade, solidariedade e justiça socioambiental e onde agentes sociais, principalmente aqueles oprimidos, discriminados e em situação de desvantagem e vulnerabilidade socioambiental, possam ser reconhecidos com sujeitos políticos e constituir articulações coletivas pela construção da democracia e por cidades justas. Tais perspectivas alicerçaram a proposta de fortalecer as capacidades e ações de incidência política de lideranças, moradores e apoiadores de assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas, para a defesa e promoção dos direitos humanos à água, saneamento e moradia e dos ODS, para tornar a cidade e seus assentamentos populares justos, inclusivos e sustentáveis.

A partir da práxis pedagógica consubstanciada no princípio presente no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, e no Plano Nacional de Extensão Universitária, referente à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no ensino superior; tomando em conta interdisciplinaridade e a relação bidirecional com a sociedade; e o interesse na implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população, a metodologia do projeto de extensão compreende um conjunto de atividades principais e procedimentos correspondentes descritos a seguir:

Sendo assim, as atividades foram desenvolvidas a partir de **6 (seis) etapas**, discriminadas a seguir:

Atividade 1. Ampliação e complementação das leituras, mapeamentos e análises coletivas participativas e críticas sobre as condições desiguais infraestruturais, de acesso de serviços e aos direitos à água e saneamento e à moradia nos assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas, com identificação de situações de violação aos direitos à água e saneamento e à moradia.

Atividade 2. Construção e realização de processos formativos, dialógicos e interativos de trocas de saberes

acadêmicos, técnicos e populares sobre direitos à água e saneamento e à moradia e as interfaces com os direitos à saúde e à vida.

Atividade 3. Definição de estratégias de exigibilidade dos direitos à água e saneamento e à moradia em articulação com todos os participantes do projeto de extensão e em interação com organizações e instâncias de defesa dos direitos humanos.

Atividade 4. Realização de ações coletivas de incidência política pelos direitos à água e saneamento e à moradia para os assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas.

Atividade 5. Divulgação dos produtos e resultados parciais e finais do projeto de extensão para agentes sociais, acadêmicos e técnicos, a instâncias Governamentais de Planejamento, Redes, Fóruns e Organizações não governamentais locais e nacionais, em eventos e publicação técnico-científicas e por meio dos sítios da web do Observatório, das organizações parceiras e em mídias diversas.

Atividade 6. Elaboração do Relatório Final do Projeto de Extensão.

Todas as atividades foram realizadas a partir de metodologias e técnicas participativas que permitiram trocas de saberes técnicos e populares e à construção coletiva de propostas para a promoção dos direitos à água e saneamento e à moradia para os assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas e da Mata do Louzeiro.

3. Resultados e Discussões

Dentro do contexto de um período pós-pandemia, onde boa parte das atividades presenciais foram temporariamente cessadas e as comunidades encontraram-se em maior estado de vulnerabilidade, o projeto surge como uma tentativa de reforçar as ações coletivas, pedagógicas e interativas com os líderes, moradores e apoiadores da Comunidade Rosa Mística.

A partir da produção acadêmica realizada na disciplina de Estudos Urbanos e Regionais III 2021.2, ministrada pelo Prof. Demóstenes Moraes, e das produções realizadas no Projeto de Extensão, foram produzidos diagnósticos urbanos, mapeamentos coletivos e levantamentos técnicos - como áreas de risco, usos do solo, edificações irregulares, acesso a infraestrutura básica, etc. -, com o intuito de proporcionar uma base técnica, teórica e informativa à comunidade, possibilitando que a população tenha suporte frente à atual negligência do poder público.

Durante a disciplina, primeiramente foi realizado um diagnóstico da comunidade, onde foram trabalhados os problemas e potencialidades principais. Para isso, foi realizada uma visita técnica da turma com o Prof. Demóstenes Moraes na Comunidade Rosa Mística, acompanhados pela moradora, líder comunitária e representante da Arrpia Maria das Graças Farias Moura, e a coordenadora deste Projeto, em junho de 2022. Na visita foram mais bem identificados os problemas e a partir dela foi possível haver um maior entendimento da realidade da comunidade.

O diagnóstico elaborado no processo foi apresentado pelas turmas da disciplina em uma oficina colaborativa realizada no dia 08 de agosto de 2022 no Bloco CW da UFCG, com a participação de representantes da Comunidade Rosa Mística e da Arrpia. O objetivo era confirmar os principais apontamentos feitos para entender a partir deles quais propostas poderiam ser elaboradas. Assim, as 2 turmas passaram a trabalhar em diretrizes a serem seguidas para proposição das intervenções (1 proposta por turma), sendo as principais: 1. Estruturar - regularização e restauração da estrutura; 2. Conviver - promoção de vitalidade urbana e senso de comunidade; 3. Cuidar - unir a comunidade à Mata do Louzeiro e ao Riacho das Piabas; 4. Conectar - estabelecer relações dentro da comunidade e com a cidade.

Visando criar uma base técnica, teórica e informativa para a população, foi realizada uma sondagem dos terrenos vazios que estão a até 500 m - distância relativamente caminhável a pé - da delimitação considerada Rosa Mística na disciplina de Estudos Urbanos e Regionais III. Totalizaram-se 165 terrenos vazios, todos sem uso há mais de 10 anos. O levantamento da localização e do período em que estes espaços se mantêm inertes é importante para saber quais alternativas podem ser utilizadas e propostas pela própria comunidade em um possível processo de realocação das edificações em área de risco, como por exemplo a utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade (2010), possibilitando que a função da terra seja garantida, sendo parcelada e edificada adequadamente. Dessa forma, nota-se a importância de tais sítios para que os moradores em situação de vulnerabilidade sejam alocados adequadamente para locais próximos de onde originalmente já viviam, sem que a mudança afete por completo suas vivências e rotina.

Com os resultados obtidos na Atividade 1, complementação das análises e mapeamentos produzidos e revisão dos dados abordados, foi produzido um banner com os conhecimentos adquiridos, tendo maior enfoque na área correspondente à comunidade Rosa Mística. Preferiu-se entregar esse material à comunidade, para que servisse como base técnica para discussões futuras, assim como um resumo mais acessível das situações vivenciadas pelos moradores, servindo também como material de aporte a conversas com órgãos públicos distintos.

A partir do mapeamento realizado na Atividade 1, foi produzida uma maquete para auxiliar, durante a oficina, a compreensão dos moradores sobre a relação entre a topografia e os problemas de enchentes enfrentados, bem como evidenciar a importância da Mata do Louzeiro e do Riacho das Piabas na formação do território, sendo usada também para a melhor localização dos mesmos com o mapa.

A Oficina para o Mapeamento Colaborativo foi realizada no dia 18 de novembro de 2022 no Santuário da Rosa Mística, localizado na rua João Jacinto, com a participação dos integrantes do Projeto de Extensão, coordenadora, extensionistas bolsistas e voluntárias, e representantes da Comunidade. Teve como objetivo

apresentar e discutir de forma coletiva, participativa e crítica, as condições desiguais de acesso à serviços e aos direitos à água e saneamento e à moradia no assentamento, apresentar as propostas de intervenção elaboradas pelos alunos na disciplina de Estudos Urbanos e Regionais III (EUR III) e, junto aos moradores, “*remapear*” a Comunidade, identificando como os moradores compreendem e identificam os próprios limites territoriais e que relações são estabelecidas internamente e com seu entorno.

A oficina foi dividida em 2 momentos que se correlacionaram. Na primeira parte, foi feita a apresentação dos resultados obtidos em EUR III e discussão acerca das propostas elaboradas. Com importante participação dos moradores, foi possível estabelecer um ideal a ser estabelecido e discutir formas práticas de chegar a esse ideal. Vale salientar que toda a construção de ideias e soluções foi pensada para que houvesse direta participação da comunidade, visto que os anseios e sofrimentos são mais bem relatados por quem os vivencia diariamente, as propostas idealizadas serviram assim como base para uma discussão mais profunda sobre a comunidade que se deseja e a que podemos alcançar. Já na segunda parte, foi apresentado os limites da comunidade e pedido aos participantes que redesenhasse no próprio mapa a comunidade como eles entendem. Nessa parte a participação dos presentes foi de fundamental importância para se compreender as tensões internas e externas da comunidade, sua identificação com os elementos da paisagem urbana, como o Riacho das Piabas, a escadaria e a Mata do Louzeiro, e como esses elementos têm extremo impacto em como as relações humanas são estabelecidas nesse espaço.

Num primeiro momento, a partir da produção acadêmica realizada na disciplina de Estudos Urbanos e Regionais III 2021.2, ministrada pelo Prof. Dr. Demóstenes Moraes, e das produções realizadas no Projeto de Extensão, foram produzidos diagnósticos urbanos, mapeamentos e levantamentos técnicos, como áreas de risco, usos do solo, edificações irregulares, acesso a infraestrutura básica, etc, com o intuito de proporcionar uma base técnica, teórica e informativa à comunidade, possibilitando que a população tenha suporte frente à atual negligência do poder público. Todo esse conteúdo foi agrupado e apresentado na forma de banner para a comunidade durante a oficina.

Em seguida, com base nos resultados obtidos durante a produção da Atividade 1, elaborou-se um mapa do que seria a Comunidade Rosa Mística, tendo como base as similaridades morfológicas, época de início das ocupações, padrão de ocupação e construção observados, dentre outros. Esse material, revisado e reavaliado durante a primeira fase da Atividade 2, foi apresentado aos moradores durante a oficina. Estes então puderam comentar, fazer alterações, identificar novos pontos de análise e demarcar a comunidade ao seu ponto de vista.

O exercício demonstrou algumas questões importantes que ocorrem na comunidade. É notória a existência de uma certa diferenciação interna entre os moradores mais antigos e aqueles que começaram a habitar a área a partir de 2010, dividindo a comunidade em subgrupos com situações distintas e que precisam de

atenção e respostas diferenciadas; outra questão que foi percebida é a identificação dos moradores com o Riacho das Piabas, funcionando como um marco delimitador; Um ponto interessante que surge nas falas dos moradores é a importância da rua como um elemento de reconhecimento, uma vez que os mesmo se guiavam mais pelo direcionamento das fachadas do que pelas quadras, resultando em um entendimento mais profundo e detalhado das situações internas e relações socioespaciais estabelecidas.

Durante a execução do Projeto de Extensão foram realizadas reuniões entre os seus integrantes, membros da ONG Arrpia e lideranças comunitárias, para a definição de estratégias de exigibilidade dos direitos à água e saneamento e à moradia. Além das reuniões específicas, nas Oficinas realizadas tanto na UFCG como na Comunidade, foram elencadas demandas prioritárias considerando a possibilidade de retomada do processo de revisão do Plano Diretor municipal e a participação de representantes da ONG Arrpia na Comissão Permanente.

Na primeira Oficina colaborativa realizada na UFCG em agosto de 2022, foram entregues cópias impressas da Cartilha elaborada no Projeto de Extensão no ano anterior. As Cartilhas foram distribuídas na Comunidade, incluindo escolas (tendo sido utilizadas como material pedagógico) e estabelecimentos comerciais. Além disso, foi realizada a sistematização dos resultados da Oficina para o Mapeamento Colaborativo, com a identificação das sub-áreas, a espacialização dos endereços das famílias que são atendidas pela Pastoral da Criança, identificação dos terrenos vazios que poderiam ser destinados a construção de habitação de interesse social e outros equipamentos urbanos para atendimento das demandas da Comunidade.

Durante o desenvolvimento do Projeto de Extensão, além das Oficinas, foram produzidos mapas para identificar as principais questões referentes à Comunidade, inclusive sua delimitação. O mapeamento colaborativo realizado na última oficina foi um dos principais produtos da extensão, por trazer a especialização da Comunidade Rosa Mística e ajudar a entender como os moradores entendem as especificidades e conflitos na área, podendo ser um instrumento muito útil na busca de melhorias para a comunidade. Além dele, o mapeamento das famílias atendidas pela pastoral ajuda a compreender quem atua no território e qual o seu raio de influência. Já o mapa de terrenos vazios é um instrumento que pode indicar espaços disponíveis próximos à comunidade, que podem ser usados inclusive para realocação daqueles que hoje encontram-se em área de risco.

O projeto contribuiu e ainda contribui para a aproximação das universidades com as demandas sociais, trazendo uma dose de realidade e contato com a cidade para os pesquisadores. Para além da esfera acadêmica, o contato social traz um senso de humanidade, sendo um aspecto essencial para a formação de profissionais coerentes, responsáveis e conscientes.

4. Conclusões

Foram identificados, em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 21 aglomerados subnormais em Campina Grande, com uma população estimada de 31.000 pessoas, mais de 8% da população do município. Alguns desses assentamentos foram e vêm sendo objetos de urbanização e 19 foram transformados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) pela Lei Municipal nº. 4.806/2009, visando sua urbanização e regularização, mas apenas 17 foram efetivamente delimitadas e regulamentadas. Essas zonas são denominadas pela Lei Municipal nº. 4.806 de 23 de setembro de 2009. Todavia, outros assentamentos têm tido poucos investimentos de urbanização e regularização, como é o caso dos territórios populares que margeiam o Riacho das Piabas, como a Rosa Mística, antigo Buraco da Jia, que teve intervenções nos anos 1980, e o Jardim Continental, as Comunidades de São Pedro e São Paulo e Santa Clara, que também apresentam uma forte relação com a Mata do Louzeiro, onde se encontra a nascente do Riacho.

Vale ressaltar que, apesar dos investimentos realizados em várias assentamentos precários desde os anos 1980, entre elas o Buraco da Jia, atual Rosa Mística, uma das comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas, ainda há déficits significativos de infraestruturas e serviços nos assentamentos populares de Campina Grande, tendo em conta a predominância de intervenções parciais e, também, processos de expansão e adensamento desses assentamentos, acarretando situações de inadequação socioambiental.

Uma parcela dos moradores desses assentamentos tem dificuldades no acesso regular à água e a condições adequadas de saneamento, estando mais vulnerável ao contágio de doenças. Essas condições, além de representarem violações a direitos humanos, são obstáculos aos direitos à saúde e à vida, principalmente em um momento em que se torna fundamental ampliar as ações de higienização. A permanência de situações desiguais no acesso à água potável e ao saneamento e de situações de insegurança hídrica de segmentos da população podem ser caracterizadas como “injustiça ambiental” (ACSELRAD et al, 2009) ou “injustiça hídrica” (DEL GRANDE, 2016).

A verificação das condições de acesso a água dos moradores das comunidades, assentamentos e territórios populares do entorno do Riacho das Piabas no contexto do coronavírus e, também, sobre ações alternativas e emergenciais ao acesso à água potável e ao saneamento, pode contribuir para uma avaliação crítica quanto a violações dos direitos humanos à água, saneamento e à moradia, para a compreensão das relações com segurança hídrica e qualidade de vida e ao fortalecimento de capacidades e de ações de incidência política para a implementação de medidas e para a constituição de políticas públicas relacionadas ao acesso e abastecimento d'água que alcancem os segmentos mais vulneráveis na cidade.

O Projeto de Extensão, portanto, articulou as áreas temáticas de Direitos Humanos e Justiça e Meio Ambiente, com evidentes interfaces com a Saúde, tendo o público-alvo, Lideranças, moradores e apoiadores de

assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas. Com o retorno das atividades presenciais, a continuidade do projeto e da parceria com a ONG Arrpia foi uma excelente oportunidade para ampliar a atuação no território e fortalecer efetivamente as lideranças já existentes, além de contribuir para a formação de novas, visando a realização de ações coletivas de incidência política pelos direitos à água e saneamento e à moradia para os assentamentos e territórios populares ribeirinhos e do entorno do Riacho das Piabas e da Mata do Louzeiro.

Os resultados obtidos, além de fortalecerem capacidades e ações de incidência política pelos direitos à água e saneamento e à moradia nesses assentamentos geraram instrumentos pedagógicos digitais para agentes sociais, acadêmicos e técnicos, artigos científicos a serem submetidos aos principais eventos e revistas. É pretensão, ainda, divulgar os resultados por meio dos sítios da web do INCT Observatório das Metrôpoles, das organizações parceiras e em mídias diversas e junto às instâncias Governamentais de Planejamento, Redes, Fóruns e Organizações não governamentais locais e nacionais para fomentar debates e ações relacionados a políticas de saneamento relativas a assentamentos precários.

5. Referências

- [1] ACSELRAD, H. MELLO, C.C.A. E BEZERRA, G. N. O que é Justiça Ambiental? Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- [2] ARAÚJO, C. M. “Áreas de risco” e problemáticas socioambientais: uma reflexão sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB). 2019. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife – Pernambuco - Brasil, 2019.
- [3] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 05 de Outubro de 1988.
- [4] DEL GRANDE, M. H. Distribuição e acesso à água em campina Grande: uma análise a partir da ecologia política. 2016. 114 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais), Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Centro Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2016.
- [5] FONSECA, L. M.; DOMINGUES, J. P.; DIMA, A. M. Mapping the Sustainable Development Goals Relationships. Sustainability, 12, 2020.
- [6] FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 76.
- [7] GROSTEIN, M. D. Metrôpole e expansão urbana, a persistência de processos “insustentáveis”. São Paulo em Perspectiva, 2001, vol.15, n. 1, ISSN 0102-8839. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8585.pdf>>. Acesso em 27 set. 2007.
- [8] NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1948.

[9] ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Principios de higiene de la vivienda. Ginebra: Organización Mundial de la Salud [OMS], 1990. 44 p.

[10] ROLNIK, R. (et al.). Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

[11] UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. General Comment N° 04: The Right to Adequate Housing (Art. 11, Para. 1). Geneva, 1991.

[12] UNITED NATIONS. Development Report 2019: The Future is Now – Science for Achieving Sustainable Development, New York, 2019.

Agradecimentos

À Frente pelo Direito a Cidade, a ONG Arrpia, as lideranças e moradores da Comunidade Rosa Mística suporte e colaboração no desenvolvimento das atividades.

À UFCG pela concessão de bolsas por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.